

Líbia Gertrudes de Melo

Docente da Universidade do Estado da Bahia, DCH V
Santo Antônio de Jesus.

RESUMO

O objeto de estudo surgiu a partir de entrevistas realizadas na comunidade quilombola de Alegre Barreiros, município de Itaguaçu, próxima à região de Xique-Xique (onde orientei uma pesquisa como professora efetiva da Universidade do Estado da Bahia), e das leituras feitas sobre a presença afro-descendente na cultura brasileira a partir de Ribeiro (2002), Lopes (2005), Gilroy (2008), Hall (2006), Ilari (2006), Castro (2005), Mattos e Silva (2004), Lucckesi (2009), Mendonça (1973), Bortoni-Ricardo (2005), Signorini (2006), Fiorin & Petter (2008), entre outros. Esta pesquisa, que está em sua fase de conclusão, pretende observar a variedade no português brasileiro em relação ao português europeu, no que se diz respeito à contribuição das línguas africanas (do grupo banto), ressaltando os aspectos morfo-lexicais destas línguas no idioma vernáculo. A metodologia para a compreensão da heterogeneidade da linguagem quilombola segue as determinações da pesquisa sociolinguística, baseada nos postulados de W. Labov. Apresenta como referencial teórico a linguagem (numa visão diacrônica e variacionista) e utiliza como instrumento de coleta e análise de dados, entrevistas narrativas com o intuito de escutar as vozes, observar e interagir, de forma a apreender o máximo possível das falas dos sujeitos interlocutores e perceber os fenômenos linguísticos que constituem resquícios de seu passado histórico. Como resultado, nas entrevistas foram encontrados 55 étimos de origem banto, os quais foram catalogados em uma lista com significados a partir dos glossários de Lopes (2005) e Castro (2005).

Palavras-chave: quilombola; étimos; variação e mudança linguística; banto.

INTRODUÇÃO

É imprescindível, antes de qualquer estudo sobre identidade negra e linguagem, expor a importância dos movimentos negros no Brasil e de suas histórias de luta e resistência, para enfim entender o impacto que estes provocaram na sociedade brasileira.

Segundo Lopes (2005, p. 226) o tráfico africano teve início no século XVI e trouxe ao Brasil, principalmente, trabalhadores bantos, do centro-oeste e do leste da África, e sudaneses.

Em algumas regiões brasileiras, os traços marcantes ficaram a partir do maior grupo de concentração, como é o caso da capital baiana, por *jeje-iorubás*, conhecidos como *nagôs*.

A partir do século XIX o fluxo de africanos para a Bahia começou a ser mais diversificado, além dos *nagôs*, chegaram os *jejes*, *haussás* (ou *auçás*) e outros grupos do Benin. Estima-se que em 1835 a população africana na Bahia atingiu seus 60%.

Este período supracitado foi um dos mais importantes para a formação linguística, cultural e histórica da Bahia. Foi nessa época que diversas rebeliões começaram a sacudir a escravidão baiana. Segundo Reis (2003, p.309) isto se explicava porque estes negros trazidos para o Brasil vinham das “nações mais guerreiras da Costa Leste”. Os *iorubás* trouxeram, por exemplo, uma experiência militar e de resistência, o que contribuiu para o aparecimento dos quilombos.

Foi neste período que a identidade étnica se constituiu aqui como um conjunto de representações sociais e culturais, não apenas conservando a identidade da África que para cá foi transferida, pois muitas coisas novas seriam criadas, o que inclui, principalmente, a linguagem, mas de uma identidade negra brasileira.

Neste momento é que se situa o objeto de estudo desta pesquisa – a língua – como uma representação identitária constituída em território brasileiro pela contribuição dos africanos que aqui chegaram.

Partindo desse pressuposto, com o presente estudo pretende-se (já que se trata de um trabalho em conclusão) apresentar esta variedade no português brasileiro em relação ao português europeu, no que se diz respeito à contribuição das línguas africanas (do grupo banto), ressaltando os aspectos morfo-lexicais destas línguas no idioma vernáculo, nos falares quilombolas dos moradores de Alegre Barreiros..

O objeto de estudo surgiu a partir de entrevistas realizadas na comunidade quilombola de Alegre Barreiros, situada no município de Itaguaçu, próxima à região de Xiquexique (onde orientei uma pesquisa como professora efetiva da Universidade do Estado da Bahia), e das leituras feitas sobre a presença afro-descendente na cultura brasileira, como Ribeiro (2002), Lopes (2005), Gilroy (2008), Hall (2006) e outros autores voltados ao estudo da língua: Ilari (2006), Castro (2005), Mattos e Silva (2004), Lucckesi (2004), Bortoni-Ricardo (2005), Signorini (2006), Fiorin & Petter (2008), entre outros.

A COMUNIDADE ALEGRE BARREIROS: PENSANDO UMA IDENTIDADE

A comunidade de Alegre Barreiros foi considerada remanescente de quilombo em 04 de março de 2004, no DO nº 43, seção 1, fl. 07, pela Fundação Cultural Palmares. Entretanto, apesar de tratar de duas comunidades: Alegre e Barreiros, ambas estão relacionadas à mesma história de formação. Na verdade, a comunidade de Alegre surgiu primeiro. Teve início em 1887, quando João Pretinho, cujo nome de batismo era João

Pereira Gomes, fixou-se nessas terras. Segundo os moradores mais velhos, ele trabalhou para o senhor Ernesto, mais conhecido por Conde da Ponte, um fazendeiro rico, dono de terras desde Jacobina até a região do rio São Francisco. Ele acompanhava-o nas viagens feitas de Lençóis a Xique-Xique. Esse trajeto atravessava a região pertencente a Barreiros e Alegre.

Alegre e Barreiros estão localizadas a 557 quilômetros de Salvador. E estão respectivamente a 24 e 18 quilômetros de distância da sede do município de Itaguaçu, no Estado da Bahia.

Alegre e Barreiros são formadas, em sua maioria, por negros e mestiços descendentes do Sr. João Pretinho e apresentam o perfil das comunidades negras rurais existentes no país.

No povoado de Alegre residem cerca de 27 famílias, segundo informações dos próprios moradores. Suas residências são de taipa e dispõem apenas de água encanada, na ocasião da visita em 2007. Não existia energia elétrica, exceto na casa de um único morador. Existia apenas uma escola de nível fundamental e um telefone público.

Barreiros, apesar de ter surgido a partir de Alegre, encontrava-se, em 2007, mais desenvolvido, dispoendo dos serviços de luz, água encanada, telefonia pública e duas escolas: uma de ensino fundamental e outra de nível médio, que funcionava através de tele-aulas. Sua população, segundo o presidente da Associação na ocasião desta segunda entrevista em 2007, é constituída em média por 350 famílias.

Economicamente, uma boa parcela das pessoas dessas comunidades vive da lavoura, do trabalho nas fazendas, de aposentadorias e pensões. Dentre as religiões praticadas, há o catolicismo e as protestantismo, que hoje é majoritária. Não era praticado nenhum culto de origem africana, até então.

Na última visita feita à comunidade, no ano de 2010, recebemos a informação que Alegre Barreiros, antes tratada como duas comunidades, reconhecida como Alegre/Barreiro, foi designada como uma única comunidade.

A ideia de se estudar estes falares quilombolas surgiu nas aulas do componente: Constituição Histórica do Português, do qual fui professora, em 2006. Na ocasião, expliquei a importância de se pesquisar a influência das línguas africanas, em comunidades rurais afro-brasileiras, a fim de observar se ainda é preservada a influência das línguas africanas. Duas alunas interessaram-se em me acompanhar nesta pesquisa: Cláudia Regina dos Santos Souza e Domingas Ferreira Lima, que passaram a ser minhas pesquisadoras e utilizaram os dados para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo título foi: *O Elemento Negro no Léxico do Português Falado nas Comunidades Remanescentes de Quilombo de Alegre/Barreiros*.

No ano de 2007 realizamos duas viagens à comunidade de Alegre Barreiros e entrevistamos 20 pessoas, de ambos os sexos, e com idades que variavam de 20 a 90 anos.

No primeiro contato, não houve um bom sucesso, pois os moradores sentiram-se invadidos e muitos resistiram em dar entrevista. No segundo

momento, tivemos o apoio do então presidente da associação, o que facilitou o acesso aos moradores e à coleta de informações.

As entrevistas foram gravadas em vídeo e transcritas a fim de analisar a influência do étimo africano nos falares quilombolas.

Neste primeiro momento, o enfoque foi apenas o léxico e a semântica das palavras encontradas. Não adentramos no campo da sintaxe e da morfologia.

Em 2008, porém, as alunas que participaram, até então, da pesquisa, defenderam sua monografia e não puderam continuar pesquisando. Então novos alunos: André da Cunha Santos, Aurení Texeira dos Santos, Uelaine Miranda entraram no campo da pesquisa, desta vez sociolinguística laboviana, diferenciando-se da primeira que, por sugestão do co-orientador da pesquisa, foi de cunho etnográfico.

No início de 2009, entrevistamos algumas pessoas da comunidade, utilizando como recurso apenas o gravador de voz. Os resultados ainda foram analisados e a conclusão desta segunda fase da pesquisa foi concluída em março de 2011.

Portanto, neste texto, apresentam-se as análises dos dados da 1ª etapa da pesquisa, onde foram coletados, nas entrevistas com os moradores da comunidade remanescente de quilombo Alegre Barreiros, 55 vocábulos, em sua maioria de origem banto. Estes dados foram retirados do estudo feito em conjunto por mim e pelas alunas Cláudia e Domingas, utilizando-se por base os teóricos Nei Lopes, em seu **Novo Dicionário Banto do Brasil** (2003) e Yeda Pessoa de Castro, **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro** (2001).

O segundo enfoque desta pesquisa, além do apresentado que é de cunho lexicográfico e variacionista, é a relação entre identidade e língua. Esta segunda abordagem – a língua como identidade – deve-se ao fato de atribuir à importância da cultura para delimitar o campo de influência de uma determinada comunidade em suas diversificadas manifestações, sejam artísticas, religiosas, linguísticas ou científicas. Portanto, a partir deste momento, faz-se necessário explicar quais os postulados teóricos que colocam a língua como uma zona de fronteira, marcada pela identidade e pela cultura. Esta relação entre língua e identidade é afirmada por Le Page (in: BORTONI-RICARDO, 2005, p. 176) em que diz que “todo ato de fala é um ato de identidade.

Durante muito tempo (até meados do século XX), os estudos linguísticos sinalizavam dois caminhos sobre o papel das línguas africanas na constituição do português brasileiro: um enriquecimento lexical, adicionando a estas palavras relacionadas à cultura e religião; e um fator de “contaminação” da língua portuguesa.

Foi para desconstruir estes discursos que esta pesquisa se propôs a enveredar pelo viés identitário da língua, a fim de perceber que todo indivíduo, a partir de uma situação comunicativa diversificada, deixa marcas evidentes de sua cultura, religião ou classe social ao produzir o seu texto verbal. Partindo disto, pretendeu-se identificar nas comunidades rurais de quilombos

as marcas deixadas pelos nossos ancestrais africanos, quando aqui desembarcaram em 1530, através das narrativas orais dos remanescentes.

Para ampliar esta ligação entre identidade e língua, Mey (Apud: SIGNORINI, 2006, p. 71) reporta-se a um episódio bíblico (Mateus: 26:73) – citado aqui como ilustração, pois não há uma alusão à cultura cristã com a tentativa de embranquecer o estudo da identidade negra – onde o discípulo Pedro, depois que Jesus é levado pelos soldados romanos, aproxima-se de uma fogueira, junto a um grupo de pessoas, e pronuncia algumas palavras sobre o tempo. Uma mulher que o observava o identifica como um galileu, dizendo: “- Você é um deles!”. Ante a negativa de Pedro por três vezes, cumprindo assim a profecia de Jesus, ele se vê obrigado a refugiar-se para longe dali, pois algo o identificava como diferente daquele grupo e o localizava como parente de Jesus. A mulher que o acusou estava certa. Ela percebeu na fala do discípulo, o sotaque, os fenômenos linguísticos que o identificaram de imediato.

Como afirma Rajagopalan “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela” (*In*: SIGNORINI, 2006, p. 41), o que significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa, mas mutável, plástica que não pode ser anterior ou fora da língua, ao contrário, o processo de construção de identidade entre indivíduos e a língua é mútuo e está em constante fluxo. E isto nos faz refletir sobre o posicionamento de algumas práticas educativas sobre o purismo da língua. Se a cultura é a base de formação das identidades e da língua e que cada indivíduo, isoladamente e coletivamente, influencia em sua constituição, então desde o seu nascimento, a língua é de natureza híbrida (aqui reporto-me ao conceito de hibridismo de Canclini).

IDENTIDADES HÍBRIDAS

Aqui irei abordar três aspectos que são fundamentais para entender a identidade em uma época de transe e trânsito. Para isto, fundamentar-me-ei em Woodward (2000) no seu capítulo “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”.

O primeiro aspecto é que a identidade é simbólica e social. Ela depende de uma rede de significações que está dissolvida no contexto social. Não estamos falando aqui de uma identidade nacional fixa, mas segundo Hall (2006) da possibilidade de cada um de nós em existir, não como unidade autônoma, mas como algo/alguém que se insere na coletividade. Porém, numa época de contraste, esta identidade nacional não se localiza em um determinado tempo/espço específico, ela se desloca em diferentes direções. A identidade nacional, ainda segundo Hall (2006), não é algo que temos ao nascer, mas que a construímos em todo o processo de existência e que reflete nas representações simbólicas, um conjunto de significações: “As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (HALL, 2006, p. 50). Ao produzir estes bens simbólicos, ainda segundo Hall (2006), as culturas nacionais influenciam tanto as nossas ações quanto a nós mesmos. Na construção de

sentidos múltiplos e representações as identidades também são construídas simbolicamente. Portanto, ao nos identificar como pertencentes a uma “nação”¹ estamos, ao mesmo tempo, identificando determinados símbolos que estão inseridos num determinado grupo social (ou grupos sociais).

O segundo aspecto é a identidade marcada pelo gênero. Em sociedades patriarcais, a exemplo do mundo ocidental pós-colonizado, os homens tendem, segundo Woodward (2000, p. 10) “(...) a construir posições-de-sujeito para as mulheres tomando a si próprios como ponto de referência”. Um exemplo é a própria língua portuguesa que na flexão de gênero prevalece o masculino, mesmo que se trate de um universo de duzentas mulheres, mas se há apenas um homem é motivo obrigatório de concordar no masculino. Alguns normaticistas até diriam: “mas o gênero masculino não é indicativo de flexão, funciona, neste caso, como gênero neutro²”. A explicação seria que em caso de duplicidade de gêneros a concordância seria no neutro. Mas até o fato de designar o gênero masculino, neste caso, como neutro já é, por si só, uma atitude unilateral. É importante esclarecer que, ao levantar tais questionamentos, não se trata aqui de atribuir à língua este valor discriminatório. Não é a língua instrumento de poder, ela está além destas conjecturas. E. Balibar (apud PÊCHEUX, 1995, p.92) resume esta discussão:

O fato de que a língua seja “indiferente” à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam “indiferentes” à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política.

O último aspecto é que a identidade é histórica, construída a partir do passado. Neste processo, segundo Woodward (2000, p. 11-12), quando se busca na história a construção de identidades, ao contrário do que se possa pensar, não há uma estabilidade e fixidez, mas sugere um momento de crise. O que parece ser uma reafirmação destas “verdades” (as verdades eternas de Platão) representa, concretamente, uma nova posição diante destas novas identidades que se constroem. Em síntese Woodward (2000, p. 12) afirma:

Assim, essa redescoberta do passado é parte do processo de “construção da identidade” que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizada por conflito, contestação e uma possível crise.

Por isso, esta pesquisa se propõe a oferecer reflexões acerca da formação linguística brasileira a partir das línguas de matriz africana que aqui desembarcaram entre os séculos XVI a XIX e como elas contribuíram

¹ Hall (op cit).

² Por exemplo, no latim o adjetivo *bonum* (*bonus*, *-a*, *-um* = bom, boa) funcionaria para ambos os gêneros. Entretanto este caso não se aplica à regra gramatical latina, pois o neutro serve apenas para seres inanimados

decisivamente para a origem de uma variante da língua portuguesa, em relação ao português europeu. E é através das histórias coletadas pelos moradores, remanescentes de quilombo, que fica mais nítida esta massiva contribuição. Apesar de esta análise estar mais direcionada ao léxico, é impossível não estabelecer conexões entre os aspectos morfofonológicos e semânticos da língua.

METODOLOGIA

A metodologia para a compreensão da heterogeneidade da linguagem quilombola segue as determinações da pesquisa qualiquante, tendo por base a pesquisa variacionista laboviana. Apresenta como referencial teórico a linguagem (numa visão histórica e sociolinguística) e pretendeu usar, como instrumento de “coleta” e análise de dados, a entrevista narrativa, com histórias de si e de fundação, com o intuito de escutar as vozes e perceber os fenômenos linguísticos que constituem resquícios de seu passado histórico. Pretendeu-se, com essas entrevistas, observar e interagir, de forma a apreender o máximo possível das falas dos sujeitos interlocutores. Mediante a abordagem metodológica escolhida almeja-se escutar, registrar e analisar estas falas, percebendo não só as variações lexicais, mas também aspectos morfológicos que se relacionam à formação das palavras, onde serão observadas as alterações no morfema lexical, o que, muitas vezes, resulta em outro significado. Um exemplo disto é palavra “neguinha”, registrada na fala de alguns remanescentes, pois, como se sabe, em algumas línguas africanas a estrutura CVCV é mais comum, enquanto no português europeu, junto a esta, há a estrutura CCV (como “negrinha”). Vê-se, aqui um caso de variação morfofonológica, mas também lexical. “Neguinha” não quer dizer apenas diminutivo de negra (ou nega), mas também sua transformação lexical o que, ao mesmo tempo, significa o diminutivo do gênero étnico “negra” e pessoa querida, afeiçoada, no caso específico da comunidade em estudo. Para esta pesquisa, foram ouvidas, gravadas e filmadas as entrevistas, momentos privilegiados, em que a pesquisadora teve acesso a essa comunidade e seus integrantes tiveram a oportunidade de expressar livremente suas ideias, suas memórias, tecendo as considerações que acharam relevantes para o esclarecimento de suas posições.

As etapas que adotaram para a realização da pesquisa foram:

1. Seleção do material teórico;
2. Delimitação do objeto de estudo que, segundo Tarallo (1997) constará de células sociais com possíveis combinações: sexo, idade, escolarização.
3. Determinação da variável e suas respectivas variantes a serem observadas;
4. Seleção dos informantes e da(s) comunidade(s);
5. Formulação de um roteiro de perguntas: um “questionário-guia” de entrevista, com perguntas estruturadas e semi-estruturadas (Tarallo, 1997);

6. Coleta de dados e análise do *corpus*;
7. Conclusão e resultados.

Inicialmente, foram ouvidos aproximadamente vinte moradores da comunidade remanescente do quilombo de Alegre Barreiros, com faixas etárias e gêneros variados, dos quais selecionamos as falas mais representativas de cada grupo. O registro foi sistemático, com o intuito de apreender eficazmente as informações disponibilizadas nas falas, para que se possa, efetivamente, explorar as articulações existentes entre linguagens, identidades e etnias.

Até meados do século XX, os estudos voltados para a formação do português brasileiro viam nas línguas africanas uma contribuição sutil, deixando naquele apenas marcas lexicais, ou ainda uma corrupção da variante padrão. É o que assinala Serafim da Silva Neto (Apud: MATTOS e SILVA, 2004, p. 106):

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma língua escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição reagiram contra ela. (1960:21)

Mais adiante encontramos em Sílvia Elia (1994) (Apud: MATTOS e SILVA, p. 107) mesma posição, em que a contribuição das línguas africanas e indígenas, enquanto ágrafas, seria uma degradação para a “hegemonia” do português falado no Brasil no início da colonização. Mas ao contrário do que afirmam os teóricos acima citados, o resultado desta fusão foi muito mais importante do que se possa imaginar. Os negros africanos trazidos ao Brasil na condição de escravos (a partir do século XVI até final do século XIX, apesar da extinção oficial do tráfico em 1830) constituíam quase 50% da população brasileira, trazendo consigo em torno de 200/300 línguas³. Como foram distribuídos pelo território brasileiro de forma desigual, havendo uma separação dos indivíduos pertencentes a uma mesma família, tiveram que aprender a língua dos senhores, não só por uma questão de imposição política, mas, sobretudo para se comunicar com os irmãos de desterro. Por isso, pode-se afirmar que:

A presença maciça dos africanos e afro-descendentes que a demografia histórica demonstra; a atuação constante dos escravos nas grandes frentes de economia da colonização; a mobilidade geográfica, decorrente das vicissitudes da vida econômica dos seus senhores e da economia brasileira; os diversificados e múltiplos papéis por eles desempenhados na sociedade colonial rural e urbana; o significado social e linguístico dos espaços

³ Dados retirados em Mattos e Silva (p.100)

ilegítimos⁴ da escravidão permitem embasar o meu ponto de vista interpretativo de que é esse segmento numeroso e operante – os africanos e afro-descendentes – o agente principal da difusão do português no território brasileiro, na sua face majoritária, a popular ou vernácula. (MATTOS e SILVA, p.106).

Com isso, os negros exerceriam o papel decisivo na formação da sociedade brasileira local. Seria, segundo Ribeiro (2002, p.116), “o agente de europeização que difundiria a língua do colonizador”, além de assumir a função de instrutor das técnicas de trabalho, normas sociais e culturais aos escravos recém-chegados da África.

E estes mesmos africanos deixaram no português uma característica peculiar que não só se relaciona ao léxico, mas a vários aspectos morfossintáticos e fonológicos. É em Gilberto Freyre (1998, p. 331) que encontramos a descrição perfeita de como foi essa característica: “Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram (*sic*) no Brasil por influência da boca africana”. E ainda:

E não apenas vocábulos soltos, desconjuntados, se acrescentaram (*sic*) à língua do colonizador europeu: verificam-se alterações “bastante profundas” não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até no sistema gramatical do idioma (FREYRE, 1998, p. 333).

Entretanto as diferenças que separam o português do Brasil do português de Portugal não se devem apenas à contribuição africana, mas também da indígena, dos imigrantes espanhóis, italianos, holandeses e de muitos outros habitantes do Brasil na época da colonização. Mas, como afirma Freyre (1998, p.333) “... nenhuma foi maior que a do negro.”

Neste contexto, identidade, língua e variação resultam no que hoje conhecemos como português brasileiro, em sua vertente popular. Compreender essa diversidade linguística no Brasil é conceituar língua, segundo Lucchesi (2004, p.181), como “um sistema heterogêneo e integrado na estrutura social” e que está em constante mudança e variação.

Reportando-se à Bertoni-Ricardo (2005, p. 176) e para entender esta marca dos africanos no português no Brasil, é imprescindível perceber que, quando falamos, representamos um espaço multidimensional e usamos recursos linguísticos de localização a um determinado grupo étnico. Isto porque deslocamos indícios identitários, os quais se relacionam ao sexo, idade, espaço, cultura e religião. Existe, então, uma rede comum de significações, ou um conjunto articulado de traços que nos identifica como, por exemplo, brasileiros.

⁴ O grifo é meu. Há algumas discussões contrárias a esta terminologia para se referir aos quilombos e mocambos. Se espaços “ilegítimos” o seu atual reconhecimento seria uma tentativa de legitimá-los.

Segundo Lopes (2004, p. 223) “identidade é a convicção que um indivíduo tem de pertencer a um determinado grupo social”, e esta convicção é a partir de afinidades culturais, históricas, linguísticas, entre outras.

Esta identidade se torna mais difícil, segundo Hall (2006, p.7), na atualidade, pois há o sujeito fragmentado em meio a uma “crise de identidade”. Ao tempo da escravidão a produção da identidade negra deu-se de duas formas: uma no apagamento da cultura e religião imposto pelos senhores de engenho; outra pela criação de uma identidade nova, fundida à cultura branca e indígena, mas sem deixar de apresentar traços fortes da cultura negra.

Para isso, o grupo de pesquisa formado por Líbia Gertrudes de Melo, professora orientadora, e os discentes, deslocou-se da cidade de Xique-Xique, do Campus Universitário Professor Gedival Sousa Andrade da Universidade do Estado da Bahia com destino às comunidades, recebendo o apoio financeiro do campus acima citado.

Esta etapa foi desenvolvida através de duas visitas aos povoados, entrevistando um total de 32 moradores. Na primeira, realizada em 03 de dezembro de 2006, foram entrevistadas 12 pessoas. O horário de chegada foi às dez horas da manhã e o de retorno foi às dezessete horas e trinta minutos. A permanência na comunidade foi em média sete horas, período no qual, a *posteriori*, se demonstrou relativamente curto para a realização das entrevistas, o que dificultou bastante, uma vez que esse era o primeiro contato que estava sendo feito com as pessoas da comunidade.

Em virtude disso, a segunda visita foi feita em um intervalo de tempo maior – entre as dez e trinta da manhã do dia 07 de dezembro de 2007 até a manhã do dia nove do mesmo mês.

O número de entrevistas realizadas foi bem maior em relação à primeira, num total de 20, também foi possível conversar por mais tempo com as pessoas e conseguir mais dados. Outro aspecto importante nesta visita foi ter contado com a ajuda de um intermediário, uma pessoa da comunidade que acompanhou a equipe de pesquisa e indicou outros moradores que poderiam ser entrevistados, facilitando o trabalho.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram pessoas com faixa etária entre vinte e noventa anos, sendo em sua maioria idosos e alguns jovens. No entanto, não houve uma seleção prévia dos informantes, considerando o fator idade, até porque, o grupo de pesquisa não conhecia a comunidade e não foi realizado nenhum contato prévio com a mesma. Por esta razão, uma grande parcela das pessoas entrevistadas havia sido indicada pelos próprios moradores.

Os entrevistados eram pessoas tanto do sexo feminino quanto do masculino, devido aos temas abordados abranger questões relativas a ambos os sexos, proporcionando a coleta de um número de vocábulos de variados campos lexicais.

A coleta dos dados desta pesquisa foi feita através de entrevistas junto com os moradores das comunidades com perguntas pré-formuladas, abertas e semi-abertas, mas que, durante o decorrer das conversas, foram

acrescidas de outros questionamentos, surgidos a partir da falta de clareza ou da informação pretendida, ou proporcionar uma situação favorável ao entrevistado na coleta dos dados necessários à pesquisa. Para o registro dessas informações, utilizaram-se os seguintes instrumentos: filmadora VHS, gravador de voz de fita magnética e máquina fotográfica digital. Posteriormente, foi feita a transferência do material colhido em VHS e fita magnética para um ambiente em mídia digitalizada e, por fim, a transcrição da fala, seguindo as normas da ABNT.

Os dados coletados foram analisados de acordo com a “análise de conteúdos” proposta por Bardin (1997, p.52 apud MACEDO, 2006, p.147), obedecendo três fases distintas. Num primeiro momento, fez-se uma pré-análise que correspondeu na identificação na fala dos entrevistados das palavras de étimo africano, fazendo a transcrição do trecho em que esse vocábulo foi empregado. Em seguida, procedeu-se à descrição desses dados. Nesta fase, os vocábulos já pré-identificados foram organizados, em forma de um glossário, constando da palavra com o sentido que ela adquiriu no contexto de uso atual, do trecho da fala em que foi empregada e da referida etimologia e significado, de acordo com outros estudos na área. A conceituação de cada vocábulo foi feita a partir da situação comunicativa em que ele se apresenta e com base no minidicionário Houaiss da língua portuguesa.

Na identificação de cada termo, utilizaram-se as obras: “Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro”, de Yeda Pessoa de Castro, por trazer um vocabulário, contendo o significado, as línguas-fonte, bem como a forma vocabular de inúmeros lexemas de procedência africana usados pelos falantes brasileiros. E o “Novo Dicionário Banto do Brasil”, de Nei Lopes, uma obra com mais de oito mil termos do banto, incorporados ao acervo lexical da língua portuguesa do Brasil. A essas fontes foram atribuídos os seguintes códigos: FAB – para mencionar o livro “Falares Africanos na Bahia” e NDB – para o “Novo Dicionário Banto do Brasil”.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como resultado desta pesquisa, foi constituído um *corpus* com 55 vocábulos, em sua maioria de origem banto; alguns deles apresentaram transformações em relação ao sentido adquirido na comunidade e o registro feito em estudos anteriores, ou então, são usados com mais de uma conotação. Isso demonstra que as palavras de origem africana, atestadas na fala dos brasileiros, sofreram algumas adaptações, seja morfológica, fonológica ou semântica e hoje se encontram integradas ao português, formando novas palavras, como “sambadeira”, “cachaceiro”, “forrozinho” ou designam noções novas como “quilombo”, “munzuá”, e constituem boa parte do acervo lexical da nossa língua.

É mister lembrar, que esta análise apresenta reflexões das visitas realizadas entre os anos de 2006 e 2008. Nos anos seguintes – 2009 e 2010 – a pesquisa ganhou um novo enfoque: variação semântica, onde foram

registradas as ocorrências do mesmo vocábulo em contextos comunicacionais variados.

Outro dado importante é que as palavras encontradas e identificadas como de procedência africana, apresentam alterações em sua estrutura morfológica e, muitas vezes, variação semântica em relação aos significados encontrados nos dicionários de Pessoa e Lopes.

Os informantes, apesar de uma autorização prévia, foram mantidos anonimamente e, para isto, optou-se em codificar seus nomes e demais descrições. Por isso, nas transcrições, aparece o código para identificar diferentes depoentes.

No final desta primeira fase da pesquisa, encontramos nitidamente a contribuição das línguas africanas (especialmente do tronco linguístico em estudo – o banto) e a mudança estrutural na língua portuguesa do Brasil. O que mais chamou a atenção foi que este uso de étimos africanos se dissolveu em outras regiões, o que comprova que esta nova variedade do português não se restringe às zonas rurais e/ou remanescentes de quilombo. Outras, porém, permaneceram iguais aos respectivos dicionários pesquisados.

Assim é nossa língua portuguesa, que carrega uma gama complexa de identidades distintas, pois convivemos não apenas com uma, mas com variedades do português, fazendo de nossa língua esta múltipla riqueza cultural. E com isso esta língua portuguesa, nascida do latim vulgar, foi enriquecida com a mistura étnica e resultou numa confluência caleidoscópica de cores.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. São Paulo: EDUSC, 2006.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós Chegamu na escola, e agora?* São Paulo: Parábola, 2005.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A influência das Línguas Africanas no Português Brasileiro*. Disponível em: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>. Acesso em 22 dez. 2006.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Das línguas africanas ao português brasileiro*. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php>. Acesso em: 06 mar. 2007.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FONSECA, Maria Nazareth S. (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. São Paulo: Record, 1998.

FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida. *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: editora 34, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* (tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro). 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a.

HALL, Stuart. (trad. Adelaine La Guardia Resende et al.) *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. 2 ed. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei. *Kitábu – o livro do saber e do espírito negro-africanos*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*: contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LUCCKESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS & SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sóciohistória do português Brasileiro*. SP: Parábola, 2004.

QUILOMBOS DA BAHIA: filme documentário. Direção e roteiro: Antonio Olavo. Fotografia e câmera: João do Valle. Som: Jaime Reis. Produção executiva: Raimundo Bujão. Produção administrativa: Evandro Matos. Pesquisa de campo e fotografia de still: Luís Pereira. Assistente: Joaquim Coelho. Montagem: Antonio Olavo, Marcos Fias e Rogério Almeida. Salvador, Ba, 2004. 1 DVD (98 min), widescreen, color. Produzido por Portfolium Laboratório de Imagens. Patrocinado pela Petrobrás.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). *Liberdade por um fio*:

história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

SILVA, Tomaz T. da (org.); HALL, Stuart & WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.